



Liderança Capitalização S.A.
CNPJ nº 60.853.264/0001-10

Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2012

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

A Empresa encerrou o 1º semestre de 2012 com ativos totais no montante de R\$ 1.013.817 mil, faturamento bruto de R\$ 166.992 mil, o que representou um crescimento de 12% em relação ao 1º semestre do exercício anterior e lucro líquido de R\$ 22.082 mil.

Operações de Capitalização

Unindo-se a parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos investidores, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu investidor qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza métodos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas reservas técnicas, no valor R\$ 440.485 mil estão devidamente garantidos por aplicações financeiras totais de R\$ 580.184 mil das quais R\$ 440.504 mil foram oferecidas em cobertura das reservas técnicas e apresentam um montante de R\$ 139.680 mil em reservas livres, o que demonstra capacidade financeira para a Empresa manter até o vencimento as aplicações financeiras marcadas nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 430/12.

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, a distribuição de lucros e de dividendos fica à disposição da Assembléia Geral, que dará a destinação que lhe convier respeitada as normas legais aplicáveis.

Perspectivas e Planos da Administração

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.

A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

A Administração vem estruturando área de novos negócios visando a colocação de novos produtos no mercado de capitalização. A Empresa prevê a inicialização destes novos negócios no segundo semestre de 2012.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 10 de agosto de 2012.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

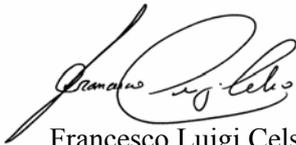
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Sem alterar a nossa opinião descrita no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o fato de que, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21-f, no segundo semestre de 2010, a Empresa alienou a totalidade de suas ações do Banco Panamericano S.A. para seu controlador, Silvio Santos Participações S.A., para pagamento previsto para 16 de novembro de 2020, conforme estabelecido entre as partes. A realização financeira dessa operação está condicionada a geração de caixa futuro por parte do comprador e/ou deliberações a serem tomadas por seus administradores e acionistas para liquidação do valor da referida alienação.

São Paulo, 27 de agosto de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Francesco Luigi Celso
Contador CRC 1SP175348/O-5

Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante		<u>627.220</u>	<u>630.000</u>	Circulante		<u>470.704</u>	<u>457.608</u>
Disponível		<u>207</u>	<u>3.120</u>	Contas a pagar		<u>22.157</u>	<u>18.620</u>
Caixa e bancos	4	207	3.120	Obrigações a pagar	14	8.895	11.202
Aplicações	5	<u>580.184</u>	<u>569.692</u>	Impostos e encargos sociais a recolher		4.392	4.802
Créditos das operações de capitalização		<u>22.036</u>	<u>33.808</u>	Encargos trabalhistas		1.863	1.416
Créditos das operações de capitalização	6	22.036	33.808	Impostos e contribuições		6.942	1.043
Títulos e créditos a receber		<u>22.235</u>	<u>21.636</u>	Outras contas a pagar		65	157
Títulos e créditos a receber	7	5.992	7.657	Débitos de operações com capitalização		<u>3.987</u>	<u>4.115</u>
Créditos tributários e previdenciários	8	15.279	13.464	Débitos operacionais	15	3.987	4.115
Outros créditos		964	515	Depósitos de terceiros		<u>43</u>	<u>5</u>
Despesas antecipadas	9	<u>2.558</u>	<u>1.744</u>	Provisões técnicas - Capitalização	16-a	<u>440.485</u>	<u>430.836</u>
Ativo não circulante		<u>386.597</u>	<u>362.344</u>	Provisão para resgates		370.574	361.840
Realizável a longo prazo		<u>374.897</u>	<u>351.250</u>	Provisão para sorteio		43.546	42.696
Aplicações	5	<u>-</u>	<u>2.750</u>	Outras provisões		26.365	26.300
Títulos e créditos a receber		<u>147.988</u>	<u>146.695</u>	Outros débitos		<u>4.032</u>	<u>4.032</u>
Créditos tributários e previdenciários	8	117.297	118.258	Débitos diversos	17-f	4.032	4.032
Depósitos judiciais e fiscais	17	13.820	12.486	Passivo não circulante		<u>242.784</u>	<u>234.355</u>
Outros créditos operacionais	10	16.871	15.951	Contas a pagar		<u>2.202</u>	<u>1.473</u>
Outros valores e bens	11	<u>226.909</u>	<u>201.805</u>	Tributos diferidos		2.202	1.473
Investimentos		<u>3.621</u>	<u>3.132</u>	Outros débitos	17	<u>193.162</u>	<u>183.472</u>
Participações societárias	12	3.613	3.125	Provisões judiciais		193.162	183.472
Outros investimentos	8	8	7	Débitos diversos	17-e.ii-f	<u>47.420</u>	<u>49.410</u>
Imobilizado	13	<u>7.991</u>	<u>7.850</u>	Patrimônio líquido	18	<u>300.329</u>	<u>300.381</u>
Imóveis de uso próprio		6.208	6.208	Capital social		273.323	273.323
Bens móveis		680	674	Reservas de capital		557	557
Outras imobilizações		1.103	968	Reservas de lucros		2.803	2.803
Intangível		<u>88</u>	<u>112</u>	Dividendo adicional proposto		-	23.089
Outros intangíveis		88	112	Ajustes com títulos e valores mobiliários		1.564	609
				Lucros acumulados		22.082	-
		<u>1.013.817</u>	<u>992.344</u>			<u>1.013.817</u>	<u>992.344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
Receita líquida com títulos de capitalização		<u>96.607</u>	<u>87.339</u>
Arrecadação com títulos de capitalizaçã		166.992	149.451
Variação da provisão para resgate		(70.385)	(62.112)
Variação das provisões técnicas		<u>(4.912)</u>	<u>(5.424)</u>
Resultado com outras provisões técnicas		(4.912)	(5.424)
Resultado com sorteios	19-a	<u>(6.674)</u>	<u>(6.426)</u>
Custos de aquisição	19-b	<u>(70.555)</u>	<u>(60.659)</u>
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(93)</u>	<u>(186)</u>
Outras receitas operacionais		4	14
Outras despesas operacionais		(97)	(200)
Despesas administrativas		<u>(18.645)</u>	<u>(19.916)</u>
Pessoal próprio		(11.199)	(7.398)
Serviços de terceiros		(5.933)	(8.747)
Localização e funcionamento		(2.063)	(2.610)
Publicidade e propaganda		(12)	-
Publicações		(131)	(148)
Donativos e contribuições		(43)	(359)
Despesas administrativas diversas	19-c	736	(654)
Despesas com tributos	19-d	<u>(4.319)</u>	<u>(13.673)</u>
Resultado financeiro		<u>40.035</u>	<u>38.757</u>
Receitas financeiras	19-e	51.247	54.158
Despesas financeiras	19-f	(11.212)	(15.401)
Resultado patrimonial		<u>653</u>	<u>(303)</u>
Receitas com imóveis de renda		165	198
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		488	2
Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		-	(503)
Resultado operacional		<u>32.097</u>	<u>19.509</u>
Ganhos e perdas com ativos não correntes	19-g	<u>120</u>	<u>(1.905)</u>
Resultado antes de impostos e participações		<u>32.217</u>	<u>17.604</u>
Imposto de renda	20	(5.632)	1.393
Contribuição social	20	(4.338)	836
Participações sobre o resultado		<u>(165)</u>	<u>(113)</u>
Lucro líquido do semestre		<u>22.082</u>	<u>19.720</u>
Quantidade de ações		308.840	308.840
Lucro líquido por ação		71,50	63,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro líquido do período	<u>22.082</u>	<u>19.720</u>
Resultados abrangentes	<u>955</u>	<u>-</u>
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.591	-
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	<u>(636)</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>23.037</u></u>	<u><u>19.720</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de		Dividendo adicional proposto	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/prejuízos acumulados	Total
		Capital	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	273.323	557	-	-	-	(13.736)	260.144
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	19.720	19.720
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>273.323</u>	<u>557</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.984</u>	<u>279.864</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	273.323	557	2.803	23.089	609	-	300.381
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	955	-	955
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	22.082	22.082
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	(23.089)	-	-	(23.089)
Dividendo pago	-	-	-	(23.089)	-	-	(23.089)
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>273.323</u>	<u>557</u>	<u>2.803</u>	<u>-</u>	<u>1.564</u>	<u>22.082</u>	<u>300.329</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	Nota	2012	2011
Lucro líquido do período		22.082	19.720
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		135	626
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativo		-	577
Resultado de equivalência patrimonial	12	(488)	501
Outros ajustes		953	-
Ativos financeiros		(7.742)	(28.774)
Créditos das operações de capitalização		11.772	8.140
Créditos fiscais e previdenciários		(305)	(4.706)
Ativo fiscal diferido		1.689	(369)
Depósitos judiciais e fiscais		(1.334)	(994)
Despesas antecipadas		(814)	74
Outros ativos		(24.808)	(10.673)
Fornecedores		(1.016)	(2.237)
Impostos e contribuições		5.490	(529)
Outras contas a pagar		1.084	714
Débitos de operações com capitalizaçã		(128)	(1.443)
Depósitos de terceiros		38	(4)
Provisões técnicas - capitalização		9.649	7.138
Provisões judiciais		9.690	(37.900)
Outros passivos		(1.990)	53.765
Caixa gerado/(consumido) nas operações		23.957	3.626
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		-	(1.273)
Impostos sobre lucros pagos		(2.238)	(1.305)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		21.719	1.048
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda de ativo permanente:			
Investimentos		-	538
Pagamento pela compra de ativo permanente:			
Investimentos		-	(99)
Imobilizado		(252)	(69)
Intangível		-	(2)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento		(252)	368
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	18-b	(24.380)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento		(24.380)	-
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(2.913)	1.416
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	3.120	516
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	207	1.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Composição acionária

	Silvio Santos Participações S.A.		Senor Abravanel		Henrique Abravanel		Total	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	853.823	97,00%	26.417	3,00%	880.240	100,00%
Liderança Capitalização S.A.	288.137	93,30%	-	-	20.703	6,70%	308.840	100,00%

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 430/12. Para a elaboração e comparabilidade das demonstrações financeiras intermediárias foram, também, observados os aspectos contidos no CPC 21 - “Demonstrações Intermediárias”.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração de resultados em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparabilidade diferem dos anteriormente publicados

em decorrência das seguintes reclassificações de saldos, originadas da adoção dos modelos de publicação contidos na Circular SUSEP nº 430/12:

Balanco patrimonial

Passivo	Saldos anteriormente divulgados	Reclassificações	Saldos reclassificados
Circulante			
Impostos e encargos sociais a recolher	4.899	(97)	4.802
Encargos trabalhistas	1.319	97	1.416
Débitos operacionais	-	4.115	4.115
Outros débitos operacionais	4.115	(4.115)	-
Provisões judiciais	-	4.032	4.032
Débitos diversos	4.032	(4.032)	-
Não circulante			
Provisões judiciais	185.166	(1.694)	183.472
Débitos diversos	47.716	1.694	49.410
Sub total	<u>247.247</u>	<u>-</u>	<u>247.247</u>
Demais passivos	<u>745.097</u>	<u>-</u>	<u>745.097</u>
Total do passivo	<u>992.344</u>	<u>-</u>	<u>992.344</u>

Liderança Capitalização S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2012

Demonstração de resultados

	Saldos anterior- mente divulgados	Reclassi- ficações		Saldos reclassi- ficados
Receitas líquidas com títulos de capitalização	153.454	(66.115)	Receita líquida com títulos de capitalização	87.339
		149.451	Arrecadação com títulos de capitalização	149.451
		(62.112)	Variação da provisão para resgate	(62.112)
Despesas com títulos resgatados e sorteados	(77.625)	77.625		
		(5.424)	Variação das provisões técnicas	(5.424)
		(5.424)	Resultado com outras provisões técnicas	(5.424)
		(6.426)	Resultado com sorteios	(6.426)
		(60.659)	Custos de aquisição	(60.659)
Despesas de comercialização	(60.985)	60.985		
Outras receitas e despesas operacionais	(77)	(109)	Outras receitas e despesas operacionais	(186)
		14	Outras receitas operacionais	14
		(200)	Outras despesas operacionais	(200)
Despesas administrativas	(19.916)	-	Despesas administrativas	(19.916)
		(7.398)	Pessoal próprio	(7.398)
		(8.747)	Serviços de terceiros	(8.747)
		(2.610)	Localização e funcionamento	(2.610)
		(148)	Publicações	(148)
		(359)	Donativos e contribuições	(359)
		(654)	Despesas administrativas diversas	(654)
Despesas com tributos	(13.673)	-	Despesas com tributos	(13.673)
Resultado financeiro	38.757	-	Resultado financeiro	38.757
		54.158	Receitas financeiras	54.158
		(15.401)	Despesas financeiras	(15.401)
Resultado patrimonial	(303)	-	Resultado patrimonial	(303)
		198	Receitas com imóveis de renda	198
		2	Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas	2
		(503)	Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas	(503)
Resultado operacional	19.632	(123)	Resultado operacional	19.509
Ganhos e perdas com ativos não correntes	(2.028)	123	Ganhos e perdas com ativos não correntes	(1.905)
Resultado antes de impostos e participações	17.604	-	Resultado antes de impostos e participações	17.604
Imposto de renda	1.393	-	Imposto de renda	1.393
Contribuição social	836	-	Contribuição social	836
Participações sobre o resultado	(113)	-	Participações sobre o resultado	(113)
Lucro líquido do semestre	19.720	-	Lucro líquido do semestre	19.720

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 10 de agosto de 2012.

a. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas e julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias incluem dentre outros, o valor justo das aplicações, o valor das provisões requeridas para ajustar os ativos ao seu valor provável de realização ou recuperação, as provisões judiciais, os impostos diferidos, a receita e despesas dos títulos de capitalização, cujo período de venda não foi finalizado, e as provisões técnicas.

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional e compreendem os saldos registrados na rubrica “caixa e bancos”.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 430/12, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e conseqüentemente refletidas as vendas efetivas não restando despesas residuais relevantes.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; mantidos até o vencimento; disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros

não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os “Créditos das operações com capitalização”, decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são ajustados ao seu valor justo (mercado) que, no caso de títulos públicos, é apurado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Classificação dos títulos emitidos pela Empresa

Nos termos da Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº. 007/08 e em atendimento ao CPC 11, os contratos emitidos pela Empresa foram considerados como contratos de investimento.

e. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

f. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos

relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

g. Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Conforme Nota Explicativa nº 21-e-f, o valor a receber originado da venda de investimentos esta apresentado a valor presente.

h. Investimentos e imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada, exceto quanto às participações societárias em coligadas e controladas que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

	Anos
Bens móveis	5 a 10
Outras imobilizações	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreendem, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor de mercado dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada em agosto/11, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC-27 foi cessado o registro da depreciação.

i. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do semestre corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (R\$ 120 no semestre) para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a

itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

l. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para resgate** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização “Tele Sena”, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança, com prazo de vencimento de um ano.
- **Provisão para sorteios a realizar** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão para resgate de títulos vencidos** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão de sorteios a pagar** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão administrativa (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena”, definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “outras provisões”.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	<u>207</u>	<u>3.120</u>
Total	<u><u>207</u></u>	<u><u>3.120</u></u>

5 Aplicações financeiras

	2012						2011	
	Custo atualizado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Ganhos não realizados	Valor justo	Valor justo
I - Valor justo por meio do resultado	<u>43.006</u>	<u>43.006</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.006</u>	<u>41.125</u>
Fundos de renda fixa abertos	<u>43.006</u>	<u>43.006</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.006</u>	<u>41.125</u>
II - Disponíveis para venda	<u>474.513</u>	<u>(78)</u>	<u>335.633</u>	<u>82.930</u>	<u>55.950</u>	<u>2.607</u>	<u>477.042</u>	<u>404.536</u>
Fundos exclusivos de títulos públicos	<u>474.513</u>	<u>(78)</u>	<u>335.633</u>	<u>82.930</u>	<u>55.950</u>	<u>2.607</u>	<u>477.042</u>	<u>404.536</u>
LFT - Letras financeiras do tesouro	44.740	-	-	31.457	13.283	30	44.770	17.713
LTN - Letras do tesouro nacional	119.131	-	24.991	51.473	42.667	2.577	121.708	63.718
NTN-F - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	8.387
Operações compromissadas (*)	310.642	-	310.642	-	-	-	310.642	314.812
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(78)	-	-	-	-	(78)	(94)
III - Mantidos até o vencimento	<u>60.136</u>	<u>-</u>	<u>60.136</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>60.136</u>	<u>126.781</u>
CDB - Certificados de depósitos bancários	<u>60.136</u>	<u>-</u>	<u>60.136</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>60.136</u>	<u>126.781</u>
Total	<u><u>577.655</u></u>	<u><u>42.928</u></u>	<u><u>395.769</u></u>	<u><u>82.930</u></u>	<u><u>55.950</u></u>	<u><u>2.607</u></u>	<u><u>580.184</u></u>	<u><u>572.442</u></u>

(*) Lastreados por títulos públicos

	2012	2011
Fundos de renda fixa abertos		
Administrador		
Caixa Econômica Federal	<u>43.006</u>	<u>41.125</u>
	<u><u>43.006</u></u>	<u><u>41.125</u></u>
Fundos exclusivos de títulos públicos		
Administrador		
Banco Itaú S/A	376.020	307.876
Caixa Econômica Federal	52.378	50.118
Banco Bradesco S/A	<u>48.644</u>	<u>46.542</u>
	<u><u>477.042</u></u>	<u><u>404.536</u></u>
CDB - Certificados de depósitos bancários		
Instituição emissora		
Banco Industrial e Comercial S/A	-	2.750
Banco BVA S/A	-	20.009
Banco Bradesco S/A	26.738	29.023
Caixa Econômica Federal	33.398	33.440
Banco Rendimento S/A	-	5.029
Banco Rural S/A	<u>-</u>	<u>36.530</u>
	<u><u>60.136</u></u>	<u><u>126.781</u></u>

Movimentação das aplicações financeiras

	Saldos em 2011	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2012
Fundos de renda fixa abertos	41.125	-	-	1.881	-	43.006
Fundos exclusivos de títulos públicos	404.536	97.925	(45.240)	18.230	1.591	477.042
CDB - Certificados de depósitos bancários	126.781	149.900	(220.266)	3.721	-	60.136
Total	572.442	247.825	(265.506)	23.832	1.591	580.184

Crítérios adotados na determinação do valor justo

As aplicações financeiras mantidas em carteira ou em fundos de investimento exclusivos (lastreados em títulos de renda fixa públicos) são avaliados a valor justo com base nas tabelas de referência divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais. As aplicações classificadas como mantidas até o vencimento são atualizadas pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aplicações. O valor justo das aplicações em fundos de investimento não exclusivos é apurado com base no valor das quotas divulgadas pelos administradores de cada fundo.

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** - Títulos cotados em um mercado ativo (não ajustados) de forma que possam ser acessados diariamente;
- **Nível 2** - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - Títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	2012	2011
Ativo financeiro	Nível 2	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	43.006	41.125
Disponíveis para venda	477.042	404.536
Mantidos até o vencimento	60.136	126.781
Total	580.184	572.442

Instrumentos financeiros - Derivativos

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos derivativos, por meio dos fundos exclusivos, destinados à proteção dos riscos a que estão expostos os investimentos, conforme determina a Resolução CNSP nº 226, de 06 de dezembro de 2010. A administração destes riscos é efetuada por meio de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na BM&FBovespa S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Empresa possuía operações de futuro com o objetivo de troca de rentabilidade de operações prefixadas para remuneração pela variação dos depósitos interfinanceiros (DI). As diferenças de taxas são liquidadas diariamente pela BM&FBovespa.

	2012		2011	
	Valores referências	Ajustes a receber	Valores referências	Ajustes a pagar
DI Futuro	101.780 (*)	-	63.800	-

(*) Corresponde a 1.105 contratos com vencimentos em jul-12, abr-13, jul-13, jan-14 e abr-14, e visam trocar as taxas pré-fixadas das LTN's por taxas pós-fixadas.

6 Crédito das operações com capitalização

a. Créditos a receber de distribuidores por vencimento

	2012	2011
A vencer		
De 1 a 60 dias	22.036	33.808
Total do circulante	22.036	33.808

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	2012	2011
Saldos no início do semestre	33.808	30.411
Arrecadação com títulos de capitalização	166.992	149.451
Brindes, furtos e prêmios instantâneos	(49)	(76)
Eventos diversos	(4.824)	1.419
Recebimentos	(173.891)	(158.934)
Total	22.036	22.271

7 Títulos e créditos a receber

	2012	2011
Créditos de capitalização a receber	6.821	6.821
Antecipações de resgates	6.282	7.939
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.155)	(7.155)
Outras	44	52
	5.992	7.657

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão em processo formal de cobrança judicial.

8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2012	2011
Circulante		
Créditos de imposto de renda a compensar	6.450	4.402
Antecipações de imposto de renda	4.454	5.310
Créditos de contribuição social a compensar	2.112	1.165
Antecipações de contribuição social	1.645	1.970
Outros	618	617
	15.279	13.464
Não circulante		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	73.311	72.855
Contribuição social	43.986	43.713
	117.297	116.568
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais (b)		
Imposto de renda	-	1.056
Contribuição social	-	634
	-	1.690
	117.297	118.258

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 17) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Nota 21-e-f). Partes desses créditos são oriundos das provisões judiciais, cujo prazo de realização está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2012			2011		
	Valor	Imposto de renda	Contribuição social	Valor	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
COFINS	161.463	40.366	24.219	153.899	38.475	23.085
PIS	7.990	1.998	1.199	7.923	1.981	1.188
Processos cíveis a pagar	2.023	506	303	2.749	687	412
Processos trabalhistas a pagar	755	189	113	767	192	115
AVP - Ajuste a valor presente (Notas 10 e 11)	109.111	27.277	16.367	124.390	31.097	18.659
Atualização monetária contingências CSLL	10.180	2.545	1.527	-	-	-
Outras	1.720	430	258	1.694	423	254
	<u>293.242</u>	<u>73.311</u>	<u>43.986</u>	<u>291.422</u>	<u>72.855</u>	<u>43.713</u>

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social

Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa apresentava o montante de R\$ 4.223 referentes a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social originários do exercício de 2010. A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias, as quais apontavam para a geração de lucro tributável para a realização no exercício de 2012. Em decorrência de resultados favoráveis apresentados no primeiro semestre de 2012 estes créditos tributários foram totalmente compensados.

9 Despesas antecipadas

	2012	2011
Prestação de serviços a apropriar	2.475	1.663
Outras	83	81
	<u>2.558</u>	<u>1.744</u>

10 Outros créditos operacionais

	2012	2011
Alienação de investimentos:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 21-e)	16.518	16.143
Promolider Promotora de Vendas Ltda.	633	614
Outros	18	38
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 21-e)	(298)	(844)
	<u>16.871</u>	<u>15.951</u>

11 Outros valores e bens

	2012	2011
Alienação de investimentos:		
Banco Panamericano S/A (Nota 21-f)	335.722	325.351
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Banco Panamericano S/A (Nota 21-f)	<u>(108.813)</u>	<u>(123.546)</u>
	<u>226.909</u>	<u>201.805</u>

12 Participações societárias (*)

	RBV Residencial Bela Vista			Total
	Lider Art's Promoções Ltda	Hotel Jequitimar Ltda	Empreendimentos Imobiliários Ltda.	
	Ltda	Ltda	Ltda.	
Capital social	100	8.067	24.977	
Patrimônio líquido	585	2.028	21.453	
Lucro líquido do semestre	262	2.695	0	
Número de quotas/ações possuídas	99.000	5.700	3.530.220	
Participação societária	99,00%	0,07%	14,13%	
Saldo dos investimentos em 30 de junho de 2011	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>3.028</u>	<u>3.127</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	-	-	(2)
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2011	<u>97</u>	<u>-</u>	<u>3.028</u>	<u>3.125</u>
Resultado de equivalência patrimonial	483	-	5	488
Saldo dos investimentos em 30 de junho de 2012	<u>580</u>	<u>-</u>	<u>3.033</u>	<u>3.613</u>

(*) Os investimentos são avaliados tomando-se por base as demonstrações financeiras das investidas, apuradas no mês anterior à apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Empresa.

13 Imobilizado

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações	Totais	
				2012	2011
Saldos no início do semestre					
Custo	18.901	5.377	1.062	25.340	25.325
(-) Depreciação acumulada	(12.693)	(4.703)	(94)	(17.490)	(17.313)
Saldo contábil líquido	<u>6.208</u>	<u>674</u>	<u>968</u>	<u>7.850</u>	<u>8.012</u>
Aquisições	-	57	195	252	8
Baixas/transferências	-	39	(39)	-	19
(-) Depreciação	-	(90)	(21)	(111)	(189)
Saldo contábil líquido no final do semestre	<u>6.208</u>	<u>680</u>	<u>1.103</u>	<u>7.991</u>	<u>7.850</u>

(*) Vide Nota 3-h.

Os montantes registrados na rubrica “Outras imobilizações” referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.

14 Obrigações a pagar

	2012	2011
Fornecedores	8.829	9.849
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	1.291
Outras	<u>66</u>	<u>62</u>
	<u>8.895</u>	<u>11.202</u>

15 Débitos de operações com capitalização

	2012	2011
Comissões sobre venda de títulos	3.987	4.113
Outras	<u>-</u>	<u>2</u>
	<u>3.987</u>	<u>4.115</u>

16 Provisões técnicas

- a. As movimentações das provisões técnicas no semestre findo em 30 de junho de 2012 e 2011 foram:

	<u>Provisão</u>				Total 2012	Total 2011
	Matemática para resgates	Para resgate de títulos vencidos	Provisão para sorteio	Outras provisões (PDA)		
Saldos no início do semestre	160.434	201.406	42.696	26.300	430.836	402.272
Constituição	83.480	16	7.322	4.912	95.730	103.224
Atualização monetária e juros	1.373	(551)	134	-	956	1.545
Pagamento de resgates e sorteios	-	(61.980)	(6.062)	-	(68.042)	(75.519)
Reversões	-	(13.604)	(544)	(4.847)	(18.995)	(686)
Transferência	(75.222)	75.222	-	-	-	-
Saldos no final do semestre	170.065	200.509	43.546	26.365	440.485	430.836

- b. O valor contábil dos bens vinculados em cobertura de provisões técnicas está demonstrado a seguir:

	2012	2011
Quotas de fundos de investimentos	415.269	333.099
Certificados de depósito bancário	25.235	97.758
Total	440.504	430.857

Nos termos da Resolução nº 3.034/02 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, as quotas de fundos de investimento exclusivos cuja carteira esteja representada exclusivamente pelos títulos públicos são consideradas como títulos públicos para fins de cumprimento das normas de direcionamento e diversificação dos investimentos vinculados.

17 Provisões judiciais

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2012	Saldos em 30/12/2011	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2012
PIS (a)	8.291	-	-	67	8.358	-	-	-	-	-
COFINS (a)	153.899	3.404	-	4.160	161.463	6.142	-	-	189	6.331
Imposto de renda (b)	17.766	-	-	263	18.029	-	-	-	-	-
Contribuição social (c)	-	2.246	-	288	2.534	5.995	526	-	568	7.089
Trabalhista (d)	767	6	(64)	46	755	261	51	-	-	312
Cíveis (e)	2.749	118	(909)	65	2.023	88	-	-	-	88
Total	183.472	5.774	(973)	4.889	193.162	12.486	577	-	757	13.820

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2011	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2011
PIS (a)	7.996	-	-	144	8.140	-	-	-	-	-
COFINS (a)	141.479	3.035	(2.684)	4.457	146.287	5.708	-	-	211	5.919
Imposto de renda (b)	16.905	-	-	419	17.324	-	-	-	-	-
Contribuição social (c)	41.093	-	(41.914)	821	-	5.214	661	-	59	5.934
Trabalhista (d)	734	105	(129)	44	754	139	63	-	-	202
Cíveis (e)	8.531	338	(696)	336	8.509	52	-	-	-	52
Outros	2.177	-	(2.190)	13	-	-	-	-	-	-
Total	218.915	3.478	(47.613)	6.234	181.014	11.113	724	-	270	12.107

Valor provável do desembolso futuro de caixa

Contingências	2012	2011
Fiscais	190.384	171.751
Trabalhistas	755	754
Cíveis	2.023	8.509
Total	193.162	181.014

a. PIS e COFINS

A Empresa discute a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas Constitucionais - EC n^os 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares, decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Os valores não recolhidos, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, estão sendo provisionados até o trânsito em julgado da sentença. A partir de junho de 2009, com fundamento na Lei n^o 11.941, de 27/05/2009, art. 79, inc. XII, foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Empresa provisiona tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. A Empresa não efetua os recolhimentos mensais a título de COFINS, em virtude de decisão liminar proferida nos autos da Ação Declaratória n^o 1999.61.00.009384-9, no entanto, apura mensalmente os valores relativos a COFINS a fim de constituir provisão relativa às contingências tributárias.

b. Imposto de renda

Refere-se à dedutibilidade da contribuição social na base do imposto de renda no período de maio de 2000 a fevereiro de 2007, no montante de R\$ 18.029 (R\$ 17.766 em dezembro de 2011).

c. Contribuição social

A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente.

d. Trabalhista

Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica “Provisões trabalhistas” no montante de R\$ 755 (R\$ 767 em dezembro de 2011) classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Cíveis

- i.** A Empresa possui registros de provisão para perdas em processos cíveis no montante de R\$ 2.023 (R\$ 2.749 em dezembro de 2011) classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

ii. Imposto sobre serviços

O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização “Tele Sena” é uma loteria disfarçada, vem autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre Serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor atualizado destas autuações monta R\$ 73.987. A Empresa ofereceu as garantias legais necessárias e impetrou mandado de segurança contra o auto de infração que compreende o período de março de 1998 a dezembro de 2001, tendo sido obtida liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Os advogados entendem que o mandado de segurança será julgado procedente. Com base nessa avaliação, nenhuma provisão foi registrada pela Empresa para fazer face a eventuais desembolsos por conta dos referidos autos de infração. Sob a mesma argumentação, foram registrados honorários de êxito no montante de R\$ 1.720 (R\$ 1.694 em 2011), registrado na rubrica “Débitos diversos”, no passivo não circulante

f. Programa de anistia fiscal (Lei nº 11.941/09)

Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941 de 2009, a administração da Empresa reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pela Empresa, sendo os principais relacionados à contribuição social (isonomia de alíquota) e outros processos administrativos.

Demonstrativo de consolidação de débitos - REFIS Lei nº 11.941/09

Valor principal dos débitos consolidados	24.926
Juros	35.604
Multa	<u>6.189</u>
Sub-total	66.719
(-) Redução de juros e multa	<u>(12.615)</u>
Valor total dos débitos consolidados	<u>54.104</u>
	Principal Juros Multa Total
Diferença de alíquota CSLL	7.256 13.061 - 20.317
Exigibilidade suspensa CSLL	<u>7.859</u> <u>13.738</u> - <u>21.597</u>
Total de débitos contingenciados	<u>15.115</u> <u>26.799</u> - <u>41.914</u>
Débitos não contingenciados	9.810 8.806 6.189 24.805
Benefícios - redução de multa e juros	<u>-</u> <u>(8.901)</u> <u>(3.714)</u> <u>(12.615)</u>
Total de débitos não contingenciados	<u>9.810</u> <u>(95)</u> <u>2.475</u> <u>12.190</u>
Total de débitos consolidados do REFIS	<u>24.925</u> <u>26.704</u> <u>2.475</u> <u>54.104</u>

A Empresa aderiu ao parcelamento em 23 de novembro de 2009, pelo prazo de 180 meses. A confirmação da consolidação dos débitos, pela Secretaria da Receita Federal, ocorreu em 30 de junho de 2011. O valor consolidado é atualizado pela taxa SELIC. Os saldos a recolher, decorrentes do parcelamento, encontram-se registrados à rubrica “Débitos diversos” conforme demonstrado abaixo:

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Quantidade	Saldos	Quantidade	Saldos
Total de débitos consolidados do REFIS	<u>180</u>	<u>54.104</u>	<u>180</u>	<u>54.104</u>
Parcelas antecipadas	19	(4)	19	(4)
Pagamentos efetuados	13	(5.289)	7	(2.786)
Juros		<u>921</u>		<u>434</u>
	<u>148</u>	<u>49.732</u>	<u>154</u>	<u>51.748</u>
Circulante		4.032		4.032
Não circulante		<u>45.700</u>		<u>47.716</u>
		<u>49.732</u>		<u>51.748</u>

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323 (R\$ 273.323 em dezembro 2011).

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, foram pagos dividendos no valor de R\$ 24.380 referente aos dividendos disponibilizados no exercício de 2011.

c. Reserva estatutária

É constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Resultado com sorteios

	2012	2011
Varição da provisão para sorteios	(6.608)	(6.086)
Despesas com títulos sorteados	<u>(66)</u>	<u>(340)</u>
	<u><u>(6.674)</u></u>	<u><u>(6.426)</u></u>

b. Custos de aquisição

	2012	2011
Corretagem	(24.672)	(20.250)
Despesas de vendas	(9.171)	(8.400)
Publicidade e propaganda	<u>(36.712)</u>	<u>(32.009)</u>
	<u><u>(70.555)</u></u>	<u><u>(60.659)</u></u>

c. Despesas administrativas diversas

	2012	2011
Contingências e condenações judiciais	827	339
(-) Provisão de contingências judiciais:		
COFINS (Nota 17-a)	-	2.684
PIS (Nota 17-a)	-	435
Outros processos administrativos	-	2.190
Multas e infrações		
Sobre débitos não contingenciados (Nota 17-f)	-	(6.189)
Outras	(10)	(37)
Despesas diversas	<u>(81)</u>	<u>(76)</u>
	<u>736</u>	<u>(654)</u>

d. Despesas com tributos

	2012	2011
COFINS	(3.403)	(3.034)
PIS	(554)	(493)
Consolidação de débitos REFIS (Nota 17-f)	-	(9.810)
Outros	<u>(362)</u>	<u>(336)</u>
	<u>(4.319)</u>	<u>(13.673)</u>

e. Receitas financeiras

	2012	2011
Títulos de renda fixa	23.832	27.998
Atualização monetária sobre alienação de investimentos	-	1.914
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente	26.026	11.238
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 17)	757	270
Benefícios consolidação REFIS (Nota 17-f)	-	12.615
Outras	<u>632</u>	<u>123</u>
	<u>51.247</u>	<u>54.158</u>

f. Despesas financeiras

	2012	2011
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização	(5.806)	(302)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 17)	(4.889)	(6.234)
Juros dos débitos não contingenciados (Nota 17-f)	-	(8.806)
Outras	<u>(517)</u>	<u>(59)</u>
	<u>(11.212)</u>	<u>(15.401)</u>

g. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2012	2011
Ajuste a valor presente:		
Alienação de investimento SISAN (Nota 21-e)	-	(1.451)
Perdas com investimentos	-	(577)
Outros ganhos/(perdas)	120	123
	120	(1.905)

20 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2012 e 2011, estão assim demonstrados:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro/(prejuízo) contábil antes dos impostos e após participações	32.052	32.052	17.491	17.491
Lucro-base	32.052	32.052	17.491	17.491
Adições	7.860	7.860	30.691	30.691
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	1.452	1.452
Equivalência patrimonial	-	-	501	501
Provisão para contingências	7.267	7.267	21.194	21.194
Provisão para perda de investimento	-	-	577	577
Multas indedutíveis	-	-	6.189	6.189
Outras	593	593	778	778
Exclusões	(15.765)	(15.765)	(54.338)	(54.338)
Equivalência patrimonial	(488)	(488)		
Reversão de Provisão para contingências	-	-	(5.310)	(5.310)
Juros passivos consolidação REFIS	-	-	(35.604)	(35.604)
Atualização Monetária	-	-	(11.923)	(11.923)
AVP - Ajuste Valor Presente	(15.277)	(15.277)	(1.499)	(1.499)
Outras	-	-	(2)	(2)
Lucro/(prejuízo) fiscal antes das compensações	24.147	24.147	(6.156)	(6.156)
Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores	(4.214)	(4.214)	-	-
Base de cálculo	19.933	19.933	(6.156)	(6.156)
Tributos correntes (IR/CS)	(5.096)	(3.943)	-	-
Incentivos fiscais dedução	123	-	-	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(659)	(395)	1.393	836
Total de tributos	(5.632)	(4.338)	1.393	836

21 Transações com partes relacionadas

	Direitos/(obrigações)		Receitas/(despesas)	
	2012	2011	2012	2011
TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A (a-i)	(1.451)	(1.444)	(11.045)	(8.347)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (a-i)	-	-	(523)	(255)
Imagem e voz (a-ii)	(4.306)	(5.191)	(18.427)	(16.486)
Despesas de comercialização	(5.757)	(6.635)	(29.995)	(25.088)
Serviços compartilhados (b)	(54)	(37)	(326)	(608)
Despesas com serviços de terceiros	(54)	(37)	(326)	(608)
Panamericano Prestadora de Serviços Ltda	9	9	55	-
Promolider Promotora de Vendas Ltda	3	3	20	19
BF Utilidades Domésticas Ltda	2	6	12	63
TV Studios de Ribeirão Preto Ltda	-	-	(2)	(2)
Receitas/(despesas) de aluguel (c)	14	18	85	80
BF Utilidades Domésticas Ltda	17	3	-	-
Silvio Santos Participações S/A	1	2	-	-
Centro Cultural do Grupo Silvio Santos	2	2	-	-
SSR Com de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda	-	1	-	-
Promolider Promotora de Vendas Ltda	2	-	-	-
Outros créditos a receber - Circulante	22	8	-	-
BF Utilidades Domésticas Ltda (e)	16.518	16.143	-	-
AVP - Ajuste a valor presente - CPC 12 (e)	(298)	(845)	-	-
Silvio Santos Participações S/A	633	614	-	-
Outros créditos a receber - Não circulante	16.853	15.912	-	-
Silvio Santos Participações S/A	335.722	325.351	-	-
AVP - Ajuste a valor presente - CPC 12	(108.813)	(123.546)	-	-
Outros valores e bens (f)	226.909	201.805	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	(1.291)	-	-
Dividendo adicional proposto	-	(23.089)	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(24.380)	-	-
BF Utilidades Domésticas Ltda	-	(111)	-	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo SA	-	(37)	-	-
SSR Com de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda	(4)	(2)	-	-
Hotel Jequití Ltda	(6)	(6)	-	-
Outras Contas a Pagar	(10)	(156)	-	-

- a. Despesas de Comercialização:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:
- i.** Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa
 - ii.** Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.
- b. Despesas com serviços de terceiros: refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros,** de suporte administrativo e de processamento de dados que foi mantido com a empresa GSS - Centro de Serviços Compartilhados Ltda. (“CSC”) até abril de 2011. A partir de maio de 2011, com a descontinuidade do CSC, foi estabelecido um contrato de rateio destas despesas com o SBT, que absorveu as atividades do CSC. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.
- c. Receitas/(despesas) de aluguel -** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". A Empresa mantém filial em imóvel de empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrada na rubrica “Aluguel de imóveis”, o saldo pendente de pagamento está registrado na rubrica “Outras contas a pagar”.
- d. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a títulos de pró-labore montam R\$ 834 (R\$ 292 em 2011).
- e.** Em 4 de maio de 2009, os investimentos anteriormente mantidos na Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. foram alienados à BF Utilidades Domésticas Ltda., pelo seu valor contábil, no montante total de R\$ 23.814, para pagamento em parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). O saldo remanescente de R\$ 15.744 em 30 de junho de 2011, teve seu prazo de vencimento prorrogado para 4 de maio de 2013, e encontra-se registrado na rubrica “Outros valores e bens”, no longo prazo. Em conformidade com o pronunciamento Técnico CPC 12, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 1.451 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica “Outros créditos operacionais” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Valor do contas a receber (Nota 10)	16.518	16.143
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 10)	(298)	(844)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	16.220	15.299

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 120 (R\$ 338 em 2011).

- f. Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A, pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação). Este montante tem vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGP/M – Índice Geral de Preços para Mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Empresa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente (AVP) sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica “Outros valores e bens” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Valor do contas a receber (Nota 11)	335.722	325.351
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11)	<u>(108.813)</u>	<u>(123.546)</u>
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	<u><u>226.909</u></u>	<u><u>201.805</u></u>

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 43.524 (R\$ 49.418 em dezembro de 2011).

22 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2012, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 333 (R\$ 241 em 30 de junho de 2011).

23 Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

1. **Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do grupo Silvio Santos.
2. **Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do grupo e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
3. **Comitê de marketing**, identifica novas oportunidades de vendas e de diversificação de produtos.
4. **Comitê de R.H.**, propõe, examina e acompanha todos os planos, práticas e processos relativos aos temas que envolvem esta especialidade.
5. **Comitê de tecnologia da informação**, é o ente responsável pela atualização e manutenção das políticas de Tecnologia da Informação do grupo, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.
6. **Comitê de auditoria e risco**, responsável pela gestão prudente dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que esteja ou possa estar relacionada ao risco de fraude.

Além das responsabilidades comuns a todos os funcionários, compete ainda aos profissionais em cargos de comando e/ou assessoria, dar conhecimento ao Código de Conduta Ética a todos os funcionários e colaboradores sob sua responsabilidade. Respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o departamento de Recursos Humanos, que por sua vez, as direcionará ao Comitê Interno de Ética.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam se relacionar, acompanhar as operações realizadas e as proposta de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais. Ao mesmo tempo, determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de

movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei 9.613/98. Operações suspeitas são comunicadas ao COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, conforme circular específica.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei n° 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Considerando o produto TeleSena de baixo valor unitário e que é distribuído de forma pulverizada em todo território nacional, não verificamos o risco de lavagem de dinheiro, porém a administração adota em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP n° 249, a implantação e implementação do sistema de controles internos. O ambiente de controle, sua adequação e efetividade são avaliados pelos agentes de compliance, mediante a apreciação dos seus respectivos processos e atividades, resultando na avaliação e na adoção de planos para melhoria dos controles identificados com algum tipo de ineficiência, fragilidade e/ou inexistência.

Gestores e colaboradores devem se certificar da capacidade financeira e da origem dos recursos de seus clientes e parceiros comerciais, contribuindo assim para o combate à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos ou valores de origem ilícita.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Circular SUSEP n.º 272/04, o parecer do Atuário informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os ativos garantidores superiores às necessidades requeridas.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

e. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

f. Riscos operacionais

A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Controles Internos e de Avaliação dos Riscos de Controles Internos (Gestão de Compliance).

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, com uma periodicidade mínima semestral, e seus resultados são formalizados em relatórios específico e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações, planos de contingência, f) processos de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

g. Risco de crédito

A possibilidade de perda devido a inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de risco corporativas e agências de *rating*. Entendendo títulos emitidos pelo Governo Federal como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre com parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

Títulos Privados, preferencialmente em Certificados de Depósitos Bancários, são aplicados, principalmente, com prazo inferior a 90 (noventa) dias, visando buscar o equilíbrio entre liquidez e minimizar o risco de crédito.

h. Risco de mercado

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa, aplicação em papéis cujos rendimentos sejam pós-fixados. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das reservas matemáticas. Tal conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, TeleSena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar

posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa.

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelado a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	Carteira	CDI	%CDI	VAR Diário (*)	CDI Diário
jul/11	1,0189%	1,0126%	100,62%	0,0028%	0,0006%
ago/11	1,0663%	1,0724%	99,42%	0,0023%	0,0006%
set/11	0,9063%	0,9398%	96,43%	0,0034%	0,0020%
out/11	0,8722%	0,8805%	99,07%	0,0036%	0,0021%
nov/11	0,8838%	0,8587%	102,92%	0,0038%	0,0017%
dez/11	0,8972%	0,9045%	99,19%	0,0047%	0,0016%
jan/12	0,8772%	0,8853%	99,09%	0,0050%	0,0013%
fev/12	0,7375%	0,7415%	99,45%	0,0089%	0,0053%
mar/12	0,8100%	0,8060%	100,50%	0,0091%	0,0049%
abr/12	0,6990%	0,6999%	99,87%	0,0092%	0,0046%
mai/12	0,7238%	0,7325%	98,81%	0,0091%	0,0042%
jun/12	0,6346%	0,6385%	99,39%	0,0092%	0,0041%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 126 dias úteis

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superando do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual
Janelas	(21 du)	(63 du)	(126 du)	(252 du)
VAR 95% confiança	0,0015%	0,0033%	0,0092%	0,0099%
Stress histórico do período	0,0035%	0,0115%	0,0094%	0,0099%
VAR pelo % mínimo real	0,0021%	0,0064%	0,0242%	0,0242%
Fechamento pelo VAR	95,26%	94,91%	94,18%	93,74%
Fechamento stress histórico	95,03%	93,95%	94,16%	94,08%
Fechamento pelo mínimo	95,21%	94,59%	92,46%	92,44%
VAR em R\$	8.938	19.328	53.268	57.595
Máxima do período	107,62%	115,04%	158,20%	158,20%
Mediana	99,68%	99,07%	99,25%	99,51%
Média	99,68%	99,34%	99,50%	99,56%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 93,3% a 97,0% do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfolio*.

i. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das reservas técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macro-econômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	Vencimentos		% Critério	% Critério
	Liquidez	"Duration" 102		
	"Duration" 5 dias	dias	Liquidez	Vencimento
Sem vencimento	520.048	373.544	89,63%	64,38%
De 01 a 30 dias	8.163	13.162	1,41%	2,27%
De 31 a 60 dias	51.973	51.973	8,96%	8,96%
De 61 a 90 dias	-	-	0,00%	0,00%
De 91 a 180 dias	-	-	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	-	83.563	0,00%	14,40%
De 366 a 720 dias	-	57.942	0,00%	9,99%
Acima de 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Total	580.184	580.184	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 5 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 90 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com reserva matemática com *duration* de 80 dias.

Liquidez da carteira	Carteira	Provisão matemática	% V Carteira	% V Reserva
Imediata	520.048	-	89,63%	0,00%
De 01 a 30 dias	8.163	244.054	1,41%	55,41%
De 31 a 60 dias	51.973	17.065	8,96%	3,87%
De 61 a 90 dias	-	15.473	0,00%	3,51%
De 91 a 180 dias	-	18.219	0,00%	4,14%
De 181 a 360 dias	-	62.935	0,00%	14,29%
De 361 a 720 dias	-	82.739	0,00%	18,78%
Acima de 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Total	580.184	440.485	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da reserva matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento	Vencidos		A vencer		Total
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	207	-	-	-	-	207
Aplicações	42.928	-	-	478.699	55.950	577.577
Aplicações - Ganhos não realizados	-	-	-	853	1.754	2.607
Créditos das operações de capitalização	-	-	-	22.036	-	22.036
Títulos e créditos a receber	-	3	-	5.989	-	5.992
Créditos tributários e previdenciários	132.576	-	-	-	-	132.576
Depósitos judiciais e fiscais (*)	13.820	-	-	-	-	13.820
Outros créditos	-	80	48	836	-	964
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	16.871	16.871
Despesas antecipadas	-	-	-	2.558	-	2.558
Outros valores e bens	-	-	-	-	226.909	226.909
Total dos ativos financeiros	189.531	83	48	510.971	301.484	1.002.117
Passivos financeiros						
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Obrigações a pagar	-	-	-	8.895	-	8.895
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	4.392	-	4.392
Encargos trabalhistas	-	-	-	1.863	-	1.863
Impostos e contribuições	-	-	-	6.942	-	6.942
Outras contas a pagar	-	-	6	59	-	65
Tributos diferidos	2.202	-	-	-	-	2.202
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	3.987	-	3.987
Depósitos de terceiros	43	-	-	-	-	43
Provisões técnicas	69.244	-	200.511	170.730	-	440.485
Provisões judiciais (*)	193.162	-	-	-	-	193.162
Débitos diversos	1.720	-	-	4.032	45.700	51.452
Total dos passivos financeiros	266.371	-	200.517	200.900	45.700	713.488

(*) Em discussão judicial

j. Risco operacional

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem que o risco de desenquadramento das posições aplicadas seja o mínimo possível. Tais ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos.

k. Risco legal

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa. O monitoramento destes riscos fica à cargo do Departamento Jurídico em conjunto com assessores externos.

l. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

	2012	2011
Patrimônio líquido	<u>300.329</u>	<u>300.381</u>
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(230.522)	(204.930)
Despesas antecipadas	(2.558)	(1.744)
Créditos tributários de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	-	(1.690)
Ativos intangíveis	(88)	(112)
Obras de arte	<u>(8)</u>	<u>(7)</u>
Patrimônio líquido ajustado	67.153	91.898
Capital base	10.800	10.800
Capital adicional de risco	<u>27.337</u>	<u>27.664</u>
Capital mínimo requerido (CMR)	<u>38.137</u>	<u>38.464</u>
Superávit de capital (R\$)	<u>29.016</u>	<u>53.434</u>

(*) Por requerimento do órgão regulador, o contas a receber oriundo da venda de investimentos, no Banco Panamericano S/A, foi considerado como redutor no cálculo do PLA.

A Empresa apura o Capital Mínimo Requerido - CMR utilizando em seus cálculos os fatores constantes na forma divulgada, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado.

24 Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por apólice de multi risco empresarial. O limite máximo de cobertura (básica, lucros cessantes e responsabilidade civil) é de R\$ 14.540 (R\$ 12.700 em 31 de dezembro de 2011). As principais coberturas são:

	Importância Segurada
Endereços segurados	
Rua Jaceguai, 400 e 402 - SP	9.740
Av. Marechal Câmara, 160 - 9º andar - RJ	1.371
Av. das Comunicações, 927 - Osasco, SP	504
Av. Brig. Luis Antônio, 580 Subsolo São Paulo - SP	160
Garantias contratadas	
Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça	9.900
Responsabilidade civil operações	1.800
Lucros cessantes em decorrência de:	
Danos elétricos	1.000
Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça	1.000
Vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo, impacto veículos e queda de aeronave	1.000
Veículos	908
Equipamentos estacionários	800
Danos eletrônicos	650
Desmoroamento	500
Demais riscos	2.172

* * *

Diretoria

José Maria Corsi
Lásaro Do Carmo Júnior
Henrique Abravanel
Lourivaldo Tadeu De Souza Lima
Ronaldo Cosme Gonçalves Ferreira

Aginaldo De Leonardo
CRC SP-136994/O-0

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. Mtb nº 380 - MIBA